



As pessoas surdas e a sua (ina)cessibilidade á informação difundida pela s chamadas tecnologias multimédia, incluindo, a que é prestada pelas cadeias televisivas.

SERÁ QUE SE IRÁ APROVEITAR FINALMENTE ESTA JANELA DE OPORTUNIDADE?

Daniel Brito e Cunha()*

1. Nota Introdutória

Redigimos este documento na sequência de um convite que nos foi endereçado enquanto Presidente da Direcção da Associação Pessoas & Tecnologias na Inserção Social, pelo Deputado Sr. Dr. Alberto Arons de Carvalho, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para comparecer numa “ *audição pública sobre o acesso de pessoas com necessidades especiais às emissões de televisão*”.

Vamos (“et pour cause”) concentrar-nos apenas no que diz respeito às pessoas surdas, conscientes de que temos perante nós uma janela de oportunidade para contribuir de um modo positivo para uma mais clara percepção do problema como dissemos na abertura deste documento, e relativamente às pessoas surdas da “ *... sua (ina)cessibilidade á informação difundida pela s chamadas tecnologias multimédia, incluindo, a que é prestada pelas cadeias televisivas.*”, e da busca de soluções.

Procuraremos ser concisos e objectivos com o natural apoio nos conhecimentos e experiência de já mais de 30 anos de militância pela causa das pessoas ditas com necessidades especiais, no modo geral, e surdas, em modo particular.

2. Dos efeitos ás causas

Os efeitos no seu aspecto generalizado são conhecidos, ou seja, a severa info-exclusão das pessoas surdas neste Século da Sociedade da Informação..

Relativamente ás causas, são várias. Umhas endógenas á condição de pessoa surda, outras exógenas, isto é, derivadas da própria Sociedade levando a que, relativamente às chamadas tecnologias multimedia, incluindo a das cadeias televisivas ainda haja um quase total “black out” em termos de acessibilidade à informação prestada pelas mesmas.

De entre essas causas, destacamos:

1. O alto grau de iliteracia de que padece uma boa parte da população surda portuguesa, sobretudo aquela com surdez total ou parcial, congénita ou adquirida na infância, com taxas que, quando a nós, superam os 80%. Em países como o Canadá essa taxa é de 65%. Este problema que acaba por pôr em causa o próprio Sistema Educativo Português, tanto dito Normal como Especial, é sobretudo um problema político, resultante do bloqueio às soluções que existem e que nós próprios já propusemos em muitas e diversas ocasiões, e especialmente devido á ausência de conteúdos educativo-formativos produzidos pelas tecnologias multimedia e adaptados a estas audiências.

2. A confusão instalada entre a comunicação vocal-escrita (no caso vertente, a Língua Portuguesa) e a comunicação alternativa para uma pessoa surda que é naturalmente a Língua Gestual. Estes dois modos comunicativos nunca, mesmo nunca, se substituem um ao outro, sendo naturalmente complementares, pois que existem situações comunicativas em que um modo tem prevalência sobre o outro, dependendo naturalmente a acessibilidade a essa informação e da competência linguística da pessoa surda nestes dois modos. Na comunidade das pessoas surdas e também com certos intérpretes de Língua Gestual há quem defenda “tout court” a Língua Gestual, esquecendo que, sem o acesso á informação escrita, qualquer pessoa surda ou ouvinte nunca se conseguirá integrar eficazmente na Comunidade Sócio-Linguística mais vasta onde vive. Como exemplo, citamos aquilo que houve de errado quando se realizou há pouco tempo uma manifestação de pessoas surdas em Lisboa a exigir intérpretes de Língua Gestual nas escolas frequentadas por estudantes surdos. Para nós devia ser exigido mais do que isso, ou seja : uma maior qualidade no Ensino Especial de Surdos, tanto integrado (nas Escolas do Ministério da Educação), como segregado em escolas como o Instituto de Jacob Rodrigues Pereira, pertencente á estrutura organizativa da Casa Pia de Lisboa. Aliás, é preciso ter presente a existência de muitas pessoas surdas que não conhecem ou não querem praticar a Língua Gestual na comunicação, preferindo, antes o uso do Português escrito ou falado de voz. E também temos que respeitar as opções dessas pessoas.

3. O alheamento (no passado recente) dos agentes do chamado poder político para a adopção de soluções viáveis em termos administrativos e/ou tecnológicos para as pessoas surdas acederem á informação prestada pelas cadeias televisivas ou pelos chamados recursos multimedia. Para nós mais que chocante é aberrante ver os Senhores Presidentes da República, ou os Senhores Primeiro-Ministros falarem ao País e ficarmos, enquanto surdos, na ignorância do que eles disseram. Para nós e pensamos que para as demais pessoas surdas, isso, mais que frustrante é revoltante.

4. O desinteresse dos operadores das cadeias televisivas em adoptarem soluções tecnologicamente viáveis como aquelas que já se vêem na vizinha televisão espanhola com a tradaptação em tempo real para o modo escrito da informação vocal dos apresentadores e outras pessoas. Será por mesquinhece ou por outro motivo inconfessado que as cadeias televisivas

fogem a isso? E que dizer da RTP que, em tudo é igual às Televisões privadas, mas, que, ao invés destas, é sustentada pelo dinheiro dos contribuintes?

5. O “Bluff” das janelinhas minúsculas com intérpretes de Língua Gestual a actuarem com uma rapidez estonteante e que ninguém percebe, como por exemplo na RTP-2. Achamos que, para isto não é preciso fazer comentários.

3. Na pista das soluções para o problema. Alguns exemplos

Falamos dos problemas, agora vamos debruçar-nos sobre as soluções.

Em primeiro lugar assumimos que para um problema desta magnitude não basta só haver vontade do poder político para a sua resolução. Os exemplos recentes com a inobservância por Autarquias e outras entidades, incluindo o próprio Estado, dos regulamentos sobre a supressão das barreiras arquitecturais aí estão para o atestar. Também é preciso empenho, acção e proactividade das próprias Organizações representativas das pessoas surdas, não só a denunciarem situações e a se queixarem junto do poder político. Também é preciso que essas organizações se empenhem em propor soluções tal como a Associação Pessoas & Tecnologias está aqui a fazer.

Nesta era das Tecnologias da Informação e da Sociedade do Conhecimento, em pleno Século XXI é para nós difícil de ver e de aceitar como tantas oportunidades criadas no plano tecnológico para combater a chamada info-exclusão dos cidadãos surdos tem sido sistematicamente desaproveitadas.

Falam-se de “Choques Tecnológicos” , mas esses “choques” são feitos pelas pessoas, pelas comunidades de cidadãos, de técnicos, enfim, de trabalhadores empenhados nesse progresso. Tudo isso exige trabalho, muitas vezes perseverança porque o sucesso não está sempre ao dobrar da esquina. O dinheiro pode ser também necessário, mas como a nossa história recente de uso dos Fundos Comunitários está a mostrar, isso não é suficiente se o mesmo dinheiro não for investido no chamado “capital humano”

É sobretudo importante que:

1. Seja revisto de alto a baixo o modo como as cadeias televisivas transmitem a sua mensagem para as pessoas surdas, e sobretudo ,com a possibilidade opcional, pelos utentes surdos, do tele-texto em tempo real ou pela tradução em L.Gestual.
2. Seja adoptado um programa nacional de produção de conteúdos multimedia educativo-formativos para as pessoas surdas. A própria Associação Pessoas & Tecnologias na Inserção Social, dando o exemplo, encontra-se já, neste momento, envolvida numa co-produção Luso-Brasileira de informação multimedia sobre o diabetes para as pessoas surdas dos dois países.
3. Que esses conteúdos educativos multimedia referidos em 2. também sejam usados nas escolas sem que isso dispense, antes pelo contrário, que potencie a acção de professores e Intérpretes de Língua Gestual. Esses conteúdos podem e devem ser vistos (por uma questão de economia de recursos numa perspectiva de transnacionalidade na produção e do público alvo.
4. Que sejam criados programas televisivos especiais em áreas temáticas, dirigidos às pessoas surdas ,considerando o alto grau de audiências para os mesmos. Por exemplo, o Futebol tem um grande número de entusiastas no

mundo das pessoas surdas, mas essa informação prestada pelas cadeias televisivas limita-se aquilo que aparece a correr nos écrans. Porque não existirem intérpretes de Língua Gestual especializados na informação desportiva ?.

5. Que seja analisado e incentivado se necessário, o trabalho conduzido pelo INESC no âmbito dos sistemas automáticos de conversão da voz humana para texto escrito. Sabemos que é um trabalho difícil mas não impossível e já há 10 anos que ouvimos falar disso, mas que, até agora, ainda não vimos nada de concreto. Será que a EU não ajudou nada o INESC nestes trabalhos de investigação que, mais que importantes, são importantíssimos para as pessoas surdas e também...ouvintes.

Enfim, estas são algumas das soluções para o problema. Todas são viáveis e necessárias. Só falta que arregacemos as mangas e....

Tenho dito.

Almada, 9 de Fevereiro de 2006

Daniel Brito e Cunha

(*) Ex-dirigente de ONG´s Portuguesas de Surdos. Coordenador de Projectos dirigidos ás pessoas surdas e á sua acessibilidade na chamada Sociedade da Informação. Autor do Projecto “LINGEST” premiado em 1989 pela União Europeia com o Prémio “HELIOS Program Award” e que esteve na génese de todo o trabalho realizado posteriormente na Formação Profissional de Intérpretes de Língua Gestual em Portugal. Presidente da Direcção da Associação Pessoas & Tecnologias na Inserção Social que fundou.